

24 SET 1976

DEP. LEG.

AOS NOSSOS ASSINANTES.

Devido a extravio de correspondência é-nos impossível incluir hoje notícias de muito interesse:

Entrada de 4 algarvios no Governo, Reuniões de Gabinete de Iniciativas Técnicas na Quarteira, Assalto à Secretaria Notarial, Música Nova em Espanha, etc., etc..



QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

ANO XXII	18-8-76	Composto e Impresso GRAFICA EDITORA Av. João Ferreira da Maia, 20 Telef. 92091	RIO MAIOR	DIRECTOR E PROPRIETARIO José Maria da Piedade Barros	Redacção e Administração GRAFICA LOULETANA Rua da Carreira Telef. 6 25 36	LOULÉ
(Preço avulso 3\$50)	N.º 591					

A PROPÓSITO DE MONOPÓLIOS...

QUANDO PÁRA A BOLA DE NEVE?

Afirmava o programa do Movimento das Forças Armadas que, com vista à prática de uma economia ao serviço das classes mais desfavorecidas, seria aplicada uma estratégia anti-monopolista.

No volumoso caudal de promessas que submergiu a boa fé dos portugueses, cuidou-se que iria ser posta em prática uma verdadeira justiça social, retirando aos que podiam para distribuir pelos que precisavam. O que, por outras palavras, poderá resumir-se em extinguir a pobreza à custa da riqueza excedente, mas sem permuta de posições.

E o que foi que, afinal, sucedeu? Exactamente o contrário. A sanha destruidora que se abateu sobre este País talvez tenha suplantado em requintes de violência a invasão dos vândalos. Empenhou-se, com exemplar ferocidade, em extinguir a riqueza sem a substituir e sem proporcionar qualquer vantagem aos que mais precisavam.

Com desumana crueldade, desfizeram-se famílias, destruíram-se dignidade e fazenda, cometeram-se atropelos e violências a que os portugueses não estavam acostumados. E isto para falar apenas do nosso medieval rectângulo, porque a «descolonização exemplar», essa, dá pano para mangas e o espaço do jornal é pouco.

Mas, para que a contradição fosse bem vinculada, o resultado da tal estratégia anti-monopolista foi uma avalanche de nacionalizações, comandadas não em obediência a critérios de economia mas unicamente a paixões políticas e lançadas quando o País vivia um clima emocional particularmente tenso. As nacionalizações colheram assim um silêncio que, longe de ser de assentimento, mais não foi que uma muda afirmação de medo. As consequências das naciona-

lizações são hoje bem conhecidas. Actividades outrora prósperas, arrastam agora uma falência potencial que só a asa protectora do Estado vai, precariamente, adiando. Dos prejuízos acumulados, sabe o Povo quem os suporta pois os impostos, cada vez mais pesados, são desviados para a tesouraria das empresas em vez de serem encaminhados para o investimento público.

E assim, dum país de matriz capitalista onde, praticamente, não havia monopólio — havia sim alguns oligopólios, passámos para um País de estrutura ainda mal definida (talvez socializante) de onde foi banida, de uma vez para sempre, essa praga do capitalismo que são os monopólios.

O Povo — sempre o Povo — sabe que é exactamente assim. O pior é que, à nacionalização, se seguiu a reestruturação que

(continua na pág. 3)

CARTA DE LISBOA

O problema da água no Algarve

(continuação do n.º anterior)

Temo com efeito que o Algarve mesmo atento a um dos seus maiores problemas — o da água — sossegue e deixe de lutar, mesmo temporariamente, ao saber que «o professor do Departamento de Geografia físico da Universidade Livre de Amsterdão, os drs. J. J. de Vries e W. Geirnaert estão no Algarve a chefiar uma equipa de seis estudantes num trabalho de prospec-

O GONÇALVISMO

«O Governo da Vasco Gonçalves ficou na história como um símbolo de destruição social, de tentativa de alteração violenta, e contra a vontade do Povo, do sistema de produção, tudo se permitindo destruir sem nada construir em troca.

A crise do Direito e da Autoridade foi o instrumento por excelência daquela destruição. As leis existiam mas não eram cumpridas, até as mais recentes. Fomentava-se mesmo o seu incumprimento, em troca do apelo às «Leis revolucionárias» que apenas traduziam o arbítrio de quem detinha posições de mando. O cidadão, deixado assim desamparado no seio de toda essa anarquia não tinha autoridades a quem se pudesse dirigir: elas ou não existiam ou demitiam-se do cumprimento das suas funções».

MARQUES FARINHA

Reflexões sobre a saúde escolar no concelho de Loulé

Ao finalizarmos o terceiro ano de actividades de Saúde Escolar, julgou-se que seria oportuno fazer algumas considerações, que resultam naturalmente de uma análise retrospectiva do trabalho até agora realizado e da qual se pretende tirar algumas lições, corrigindo, tanto quanto possível, os erros cometidos, e desse modo programar para o

futuro uma acção mais profícua, tomando como base os aspectos positivos da experiência adquirida.

A medicina preventiva não poderá cumprir integralmente a sua missão se não promover um total esclarecimento das populações a que se destina, de tal modo que as consiga motivar.

(continua na pág. 5)

Coisas da nossa terra

Sou um português, que vive, há 16 anos, fora do País.

Sempre que se me depara uma oportunidade, venho em romagem de saudade visitar a Mãe-Pátria.

Esta visita anual permite-me comparar, não só o que há em Portugal e no estrangeiro, como também me permite verificar, no País, as diferenças de ano para ano.

Ora, é neste capítulo que tomo a liberdade de exprimir as minhas reacções, perante qualquer coisa de novo que todo o turista nota actualmente. Por hoje limitar-me-ei a dois pontos: a falta de correcção de quem deve atender o público e a falta de higiene.

A delicadeza, a cordialidade e a correcção dos portugueses tornaram este povo conhecido e muito apreciado, tornando-se proverbial a nossa hospitalidade.

Entretanto é facto notório, a turistas nacionais e estrangeiros, que as pessoas que devem atender o público: lojistas, vendedores, funcionários... tomam, por vezes atitudes agressivas, descompostas, indelicadas, pe-

rante qualquer observação que lhes é feita!...

Alguém, a quem estranhei este facto, me explicou que é um fenómeno começado a verificar.

(continua na pág. 6)

COSTA GOMES passa à reserva

A passagem à reserva do general Costa Gomes vem publicada no «Diário da República» do passado dia 30 de Julho.

Uma resolução do Conselho da Revolução de 14 de Julho passou a «manda exonerar o general Francisco da Costa Gomes do cargo de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, por, nesta data, ter tido passagem à reserva», nos termos do estatuto dos oficiais das Forças Armadas.

O general Costa Gomes já anunciou uma visita ao Brasil, México e Venezuela. Os portugueses residentes neste último país já se manifestaram contra tal visita.

Pequenos subsídios para uma feira restaurada e actualizada

VAMOS À FEIRA DE LOULÉ?

Foi famosa a Feira de Loulé e nada se sabe, creio eu, da sua origem. Deve estar ligada, como todas as outras, à Idade Média; quando os mercadores deambulavam de terra em terra, agrupados, para se defenderem dos salteadores e bandidos que infestavam os caminhos de então. Aos comerciantes juntavam-se saltimbancos, estriões, menestrels, ciganos e os que das feiras tiram proveito... A esse tempo nem a todos

era dado o perfeito conhecimento do calendário; então os dias santificados mais importantes demarcavam os dias feiras. Se ainda hoje temos a Feira de Todos os Santos, a de Sta. Iria, a dos Ramos, a da Sr.ª da Conceição, a do Carmo e tantas outras!...

Como a feira era em dia consagrado a solenidade religiosa, coincidia ela com festejos e, quer um facto quer outro,

(continua na pág. 5)

ção e análise de águas recolhidas em poços» (1).

Mas este seu comprovincio que não retira qualquer mérito

(continua na pág. 4)

A ALEGRIA DE SERMOS POBRES

O ENG. LAGINHA SERAFIM RESPONDE À «VOZ DE LOULÉ»

Com o pomposo nome de baragens, estão a construir-se no Algarve, mais propriamente na Cartelha (Loulé) e em Martilongo, 2 tapadas cujo camuflado objectivo era dar início à colectivação da serra do Algarve, mas parece que com grandes dificuldades porque... a população já percebeu o que se pretende fazer.

Aproveitámos esse facto para lamentarmos estarmos agora tão pobres que a construção de uma simples tapada de 8 metros de altura seja motivo de grande regozijo.

Considerámos, por isso, de «sonhos utópicos» aquilo que aqui e agora se pretende realizar e que ultrapasse a barreira dos nossos limitadíssimos recursos financeiros.

Porém, o nosso amigo e conterrâneo Láginha Serafim sentiu-se atingido com o sentido das nossas palavras e... reagiu com

a carta que a seguir publicamos na íntegra e na qual parece querer dar-nos a entender

A propósito de «A ALEGRIA DE SERMOS POBRES» (Quando podemos ser ricos)

Meu caro José Maria da Piedade Barros:

Certas locais que têm saído nos jornais algarvios, com vela da referência à minha pessoa,

que pusemos em causa a sua alta capacidade técnica.

Eis a carta:

não me têm merecido resposta. Porém, a tua crítica aos «sonhos» de «um conhecido técnico de barragens» — que só posso

(continua na pág. 6)

Acontece em Loulé!

Com o pedido de publicação e para o qual nem teria sido necessário evocar a Lei da Imprensa, recebemos da sr.ª dr.ª D. Maria de Fátima Silva Teixeira, Conservadora do Registo Civil de Loulé, a seguinte carta:

Ex.mo Sr. Director de «A Voz de Loulé» — Loulé

No vosso jornal de 21 do mês corrente vem publicado na página 5, em lugar de destaque, um artigo sobre o que se passa

(continua na pág. 3)

A Voz de Loulé, n.º 591 18-8-76

AUTOLOULÉ - Compra e Venda de Automóveis, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 4 do mês corrente, lavrada de fls. 99 a 101, do livro n.º C-89, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Vitor Guerreiro do Vale e Gracília Maria da Ponte Chumbinho, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a denominação de «Autoloulé — Compra e venda de Automóveis, Limitada», tem a sua sede na Avenida José da Costa Mealha, desta vila e freguesia de São Clemente, no rés-do-chão com o número noventa e dois, de polícia.

Segundo — A gerência poderá transferir livremente a sede social, bem como o escritório, e instalar filiais, estabelecimentos ou qualquer outra forma de representação social, onde e quando à sociedade conviver.

Terceiro — A duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir desta data.

Quarto — A sociedade tem por objecto o exercício do comércio de venda de viaturas automóveis e seus acessórios, tractores e máquinas agrícolas e industriais e respectivas peças ou acessórios ou qualquer outro ramo que os sócios convençionem explorar e não dependa de autorização especial.

Quinto — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de cento e cinquenta mil escudos, e está dividido em duas quotas iguais de setenta e cinco mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Sexto — Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, podendo, porém, qualquer dos sócios fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos deliberados em Assembleia Geral, que fixará as condições do emprés-

timo e seu reembolso.

Sétimo — É livre entre os sócios a cessão, total ou parcial, de quotas; a favor de estranhos depende do consentimento da sociedade, à qual fica reservado o direito de preferência, em primeiro lugar; — não usando a sociedade deste direito, terão preferência os sócios individualmente e, se mais de um o pretender, será a quota dividida pelos sócios que a quiserem, na proporção do capital que então possuírem.

Parágrafo único — No caso de qualquer quota ou parte dela ser penhorada, arrestada, dada em penhor ou por qualquer outra forma sujeita a apreensão ou venda judicial, a sociedade poderá amortizá-la pelo preço que em balanço especialmente dado para o efeito lhe for atribuído, acrescido da quota-parte nos fundos de reserva legal ou especial.

Oitavo — A administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

Parágrafo primeiro — Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos, qualquer que seja a responsabilidade que envolvam, são necessárias as assinaturas de dois gerentes, podendo no entanto os actos de mero expediente ser assinados por qualquer deles.

CAFÉ ARIEIRO

TRESPASSA SE

Tratar com o proprietário: **António Domingos Cavaco.**

Rua da Carreira — Telefone 62299 — LOULÉ.

**JOSÉ NEVES
LOURENÇO**

MEDIADOR DE SEGUROS

Rua Ataíde de Oliveira, 29-1.º

Telef. 62757 — LOULÉ



ARMELIM CONTREIRAS

STAND DE AUTOMÓVEIS
Compra, Vende e Troca Automóveis
novos e usados

Telef. 62919
Stand: Rua Diogo Lobo Pereira
Resid.: Rua dos Combatentes da
G. Guerra, N.º 14-1.º Esq.º

(Largo do Chafariz)
Campina de Cima

LOULÉ

entendendo-se como tal a movimentação de contas bancárias.

Parágrafo segundo — Qualquer dos gerentes e com o acordo da sociedade, poderá delegar total ou parcialmente os seus poderes de gerência a estranhos, mediante o respectivo mandado em forma legal.

Parágrafo terceiro — É vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, nomeadamente letras de favor, abonações ou fianças.

Nono — Salvo os casos em que a lei exigir outras formalidades, as Assembleias Gerais, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com aviso de recepção e com a antecedência mínima de quinze dias.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, seis de Agosto de 1976.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

A Voz de Loulé, n.º 591 18-8-76

**TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
de LOULÉ**

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

Pelo Juízo de Direito da comarca de Loulé e 1.ª secção, nos autos de acção com processo ordinário de impugnação de paternidade n.º 77/76, em que é o Autor o Ministério Público, nos termos do art.º 1820 do Código Civil, são citados os HERDEIROS DESCONHECIDOS de Francisco José Viegas Prado, falecido em 12-2-975, domiciliado que foi na rua Dr. Joaquim Nunes Saraiva, n.º 5, freg.ª de S. Clemente, Loulé, para contestarem, querendo, devendo apresentar a defesa no prazo de 20 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da 2.ª e última publicação deste anúncio, consistindo o pedido do Autor, em súplica, em a acção ser julgada, provada e procedente e, consequentemente em declarar-se que o referido Francisco José Viegas Prado não era pai da também Ré, Isilda Maria Pires Prado e que esta é filha da Ré Maria da Ponte Pires e de pai natural e ainda ordenar-se a rectificação do correspondente assento de nascimento, como tudo melhor consta do duplicado da petição inicial que se encontra na secção, à disposição dos citandos.

Loulé, 22 de Julho de 1976.

O Juiz de Direito,
a) **Jorge Mourão Mendes Leão**

O Escrivão de Direito,
a) **João do Carmo Semedo**

VII Campeonato do Mundo Amador 1976 de Senhoras 6-9 Outubro

O VII Campeonato do Mundo Amador 1976 Senhoras — Troféu Espírito Santo — será disputado no Clube de Golfe de Vilamoura, de 6 a 9 de Outubro, precedido de 4 dias de treino.

Porquê o Troféu Espírito Santo?

O 1.º Campeonato foi jogado em St. Germain, França, disputando um troféu oferecido pela Sr.ª de Espírito Santo em memória do marido 1.º Presidente da Federação Portuguesa de Golfe e também Campeão Amador de Portugal.

Este Campeonato será jogado sob as regras do World Amateur Golf Council, onde 25 a 30 países se farão representar por equipas de 3 jogadoras, fazendo 4 voltas de 18 buracos cada. As pontuações diárias das duas melhores jogadoras contarão no final dos 4 dias para a selecção da equipa vencedora. Os detentores do Troféu são os E. U. A.. Este Campeonato disputa-se de dois em dois anos.

O Campo de Golfe de Vilamoura, desenhado pelo arquitecto inglês Frank Pennink, foi cons-

truído num pinhal, uma das áreas mais atractivas do Algarve.

O Campo de par 73 e S. S. S. 72 terá um comprimento de 5655 metros para este campeonato, em que convirá às jogadoras fazer pancadas com maior pericia que comprimento. Com 4 buracos curtos e extremamente interessantes, obstáculos de água no 4.º, 16.º e 17.º buracos, o par 5 n.º 16 com o comprimento de 522 metros e o par 4 n.º 9, embora só com 272 metros no entanto um dos buracos mais competitivos no campo, torna o Campo de Golfe de Vilamoura um dos melhores do Algarve.

Os records do Campo foram obtidos por José Sousa e Melo (amador) com 75 e J. Hulme (profissional) com 68, jogados num comprimento de 6330 metros.

LOULÉ



AGRADECIMENTO

**JERÓNIMO DUARTE
DA SILVA**

Sua família, a fim de evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas vem por este meio tornar público o seu mais penhorado agradecimento a todas as pessoas que se dignaram acompanhar o saudosso extinto à sua última morada.

TERRENO

Vende-se um terreno para construção, com cerca 100 m2, situado na Rua Rainha D. Leonor (a 100 metros da Avenida) com construção autorizada.

Nesta redacção se informa.

APARTAMENTOS EM QUARTEIRA

Vendem-se apartamentos em zona habitacional.

De 2 a 3 assoalhadas: de 300 a 400 contos. Com facilidades de pagamento.

Tratar com José Coelho Júnior — Telef. 65150/1-65101 e 65458 — QUARTEIRA.

Abriu em FARO

a Agência **VICTOR**

SERVIÇO DE FUNERAIS E TRANSLADAÇÕES

SERVIÇO INTERNACIONAL

Rua Aboim Ascensão, 11 e 11-B

ACONTECE EM LOULÉ

(continuação da pág. 1)
na Conservatória do Registo Civil de Loulé, de que sou chefe desde 22 de Julho de 1971.

Esse artigo subordinado ao título: «ACONTECE EM LOULÉ» — BICHAS A PARTIR DAS 3 HORAS DA MADRUGADA, para tratar de bilhetes de identidade, pode vir a causar, má impressão no público leitor do mesmo jornal, pelo que devo esclarecê-lo, cabendo-me também o direito de lhe responder.

Depois de o ler atentamente, reparei que o mesmo não vinha assinado, pelo que concluo que o artigo em referência seja da vossa autoria ou responsabilidade.

Lamento sinceramente que V. Ex.^a antes de publicar tal artigo não se tivesse informado devidamente com o Chefe dos Serviços, indagando dos motivos porque se formam bichas nesta Conservatória, nos meses de Verão, mormente, Junho, Julho, Agosto e Setembro.

Então seria devidamente esclarecido, evitando-se dessa forma artigos que visam pôr em cheque o Chefe de uma Repartição que até à data se tem sacrificado e por vezes a própria vida familiar, para que no condicionalismo em que tomou conta dela, possa resolver muitos dos seus problemas.

Além disso são também os próprios funcionários os atingidos, que ao esforçarem-se por dar melhor andamento ao serviço, desanimam ao tomar conhecimento de artigos desta natureza.

Parece-me que não é assim que se pode resolver o problema desta Conservatória, com artigos desta natureza e que apenas servem neste meio, para críticas e mezericos e que ao cabo e ao resto não conduzem a lado nenhum.

Se organismos oficiais desta terra com competência para o caso, como a Câmara Municipal de Loulé, desejarem contactar comigo, então, sim e em conjunto, poderemos estudar os problemas que nos afectam já que a Câmara terá interesse em que os serviços públicos desta terra, funcionem da melhor maneira.

Comentando melhor o artigo não percebo porque se fazem bichas às 3 horas da manhã, se a Repartição só abre às 9.30 h.

Ainda tentarei averiguar da veracidade dessa afirmação, instalando-me na Conservatória durante algum tempo no período nocturno. Sou como São Tomé: ver, para crer.

Diz-se tanta coisa que não é verdade e há imaginações férteis em criar realidades inexistentes...

É certo que para bilhetes de identidade são distribuídas senhas, cerca de vinte por dia, o que em relação a outras Conservatórias do Algarve é até superior ao número que as mesmas distribuem.

É pois contactar com as de maior movimento. Como é do vosso conhecimento Loulé é o maior concelho do Algarve e o serviço que surge diariamente, não respeita só a bilhetes de identidade. Talvez o sr. Director ignore o múltiplo serviço que nos é entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, todo ele assinalado com a marca de urgência.

Todos têm pressa e para se poder ter o trabalho em ordem há que organizá-lo, por vezes não a contento de todos, mas pelo menos da maioria.

Como V. Ex.^a parece desconhecer a orgânica do Registo Civil ficar-lhe-ia muito grata se comparasse nesta Conservatória, para que possa verificar com os seus próprios olhos um dia de trabalho nesta Repartição.

Assim depois de elucidado, talvez compreenda porque nesta altura do ano haja que distribuir senhas.

Quanto à afirmação de que as bichas se formam das 4 horas da manhã às 11 horas, é falso. Não se faz esperar ninguém até às 11 horas para distribuir senhas.

Dá-se preferência às pessoas vindas das freguesias do concelho atendendo ao facto de virem de longe. Mas se as pessoas da vila chegarem em primeiro lugar, como proceder?

E depois dada a falta de honestidade de muitas pessoas, quantas não afirmam virem das freguesias, apurando-se posteriormente que são da vila?

O problema é complexo e não é debatendo-se à porta ou à mesa do café que se resolve.

Criticar é fácil, solucionar é que se torna mais difícil. Aliás é próprio do meio, destruir quem trabalha com honestidade, sem propor soluções válidas para os problemas. Assim não se chega a lado nenhum.

E para completar a resposta, informo V. Ex.^a responsável pelo artigo, objecto desta carta, que em Julho de 1975, o 2.^o Ajudante, Senhor Centeio, deixou de trabalhar nesta Conservatória.

No tempo em que o mesmo aqui trabalhou sempre houve problemas no sector das bichas de Verão. Disso tenho provas que podem ser consultadas.

A 3.^o Ajudante, Múria da Luz Baptista, esteve doente parte do ano de 1975 e 1976, num total de um ano e um mês.

Actualmente estou a trabalhar com duas assalariadas, ainda com pouca experiência, (não se queira comparar pessoal com longos anos de serviço com outro que ainda não completou um ano).

Dispõe ainda de outro 3.^o Ajudante que tem estado a substituir o 2.^o Ajudante, uma substitutária e uma adida que entrou há cerca de dois meses e que nada sabia sobre Registo Civil e que pouco rendimento tem dado até agora.

Há que contar também com as férias dos funcionários que como todos os outros, são gozadas nos meses de Verão.

Dada a falta de pessoal experiente todo o serviço da Conservatória tem que ser conferido, o que acarreta grande perda de tempo.

Está-se a atravessar um período de transição, com pessoal inexperiente, que não dá o rendimento do pessoal experiente e de todas estas contingências, como doença de funcionários, requisições de aposentação, inexistência do pessoal, etc., não posso ser responsável.

E quem me garante atendendo à falta de preparação da nossa juventude e ao espírito de trabalhar pouco e ganhar muito que orienta grande parte das pessoas do nosso país, no momento que ainda se vive, dado que as mesmas não estão ainda conscientes da necessidade de se trabalhar a sério para se construir um país novo, quem me garante que novos elementos a ingressar não sejam inferiores aos que já estão?

Há ainda que contar com o facto de que as nomeações para os lugares vagos não se fazem tão rapidamente quanto o desejo do público.

Aproveito o ensejo para que V. Ex.^a através do seu jornal, informe o público deste concelho, que não deixe a resolução dos seus problemas, mormente, bilhetes de identidade e certidões para o Verão.

Aguardar a vinda de parentes que estão no estrangeiro, para resolver os seus problemas, parece-me não ter cabimento. E depois lá vêm as queixas por vezes sem justa causa.

Para terminar sugiro uma mesa redonda em que interviria V. Ex.^a, que desde sempre se tem interessado pelos problemas desta Conservatória, mas que nunca manifestou o desejo de aprofundá-los, o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loulé, eu própria, Conservadora, assim como a delegada sindical, a fim de debatermos o problema em conjunto e tentarmos resolvê-lo, contactando com quem sabe e pode fazê-lo.

Lançar artigos como o seu para a «Voz de Loulé», não diminui quem nela trabalha, pois tem

consciência do seu esforço, e só causa confusão na cabeça de quem os lê.

Cá fico, pois esperando a marcação do dia para a mesa redonda.

Apesar do muito trabalho a vencer, tirei algum tempo para a devida troca de impressões. Loulé, 29 de Julho de 1976.

O Conservador do Registo Civil
Maria de Fátima Silva Teixeira

NOTA DA REDACÇÃO — É evidente que a notícia em causa é da responsabilidade do Director deste jornal, o qual se baseou em informações dignas do maior crédito e foi redigida com o salutar objectivo de forçar as entidades responsáveis a resolverem problemas em causa.

Pensámos que dessa forma poderíamos contribuir para aliviar as canseiras e preocupações das funcionárias do Registo Civil de Loulé, pelo que não seria de estranhar que a sr.^a dr.^a Maria de Fátima Teixeira nos escrevesse aplaudindo a referida notícia e incitando-nos a debater o problema com redobrada energia... para que seja encontrada uma rápida solução.

Pois, se o nosso objectivo era aplaudir as diligências que logicamente deverão ter sido feitas a partir de Loulé (porque é em Loulé que o problema se agudiza) não tínhamos que «indagar dos motivos porque se formam bichas nesta Conservatória».

De resto as causas são por demais evidentes e nem por sombras a notícia visava «pôr em cheque o chefe de uma Repartição» que naturalmente cumprirá as horas de serviço que estão estipuladas por Lei e que a mais não é obrigada.

Se igualmente as funcionárias cumprem o seu horário de trabalho normal não percebemos por-

(continua na pág. 4)

FALECIMENTO

Vítima de um brutal desastre de viação, ocorrido próximo de Setúbal, faleceu há dias o nosso prezado assinante e amigo sr. Dr. Fausto José Martins de Campos Ferreira, de 31 anos de idade, professor do Liceu de Loulé, filho do sr. José Augusto Campos Ferreira e da sr.^a D. Maria Bordoal Martins, casado com a sr.^a D. Isabel Maria Viegas de Sousa Guita Campos Ferreira, proprietária da Boutique «King's Road», situada na Praça da República desta vila, filha do sr. António Mercindo de Sousa Guita, proprietário da «Casa Guita» em Olhão e da sr.^a Maria Odete Viegas de Sousa Guita.

O saudoso extinto era pai do menino Fausto Alexandre Viegas Guita Campos Ferreira de 2 anos de idade.

A família enlutada endereça-mos sentidas condolências.

EXPLICAÇÕES

Professora de Francês e Inglês dá explicações a partir de Setembro.

Contactar Telef. 62931 — LOULÉ.

Trespasa-se

Complexo industrial de trituração de alfarroba, máquina de partir amendoa e venda de sacaria usada.

Tratar com José Emídio da Costa. Telef. 62607 — LOULÉ.

QUANDO PÁRA A BOLA DE NEVE?

(continuação da pág. 1)

acabou por redundar monocórdicamente em fusão.

E agora, o que acontece? Temos, além da Siderurgia, do Alcool, da Casa da Moeda e dos Correios — os grandes monopólios de sempre — o monopólio dos Bancos, o monopólio dos Tabacos, o monopólio dos Transportes Rodoviários de Passageiros, o monopólio da Electricidade, o monopólio dos Petróleos, o monopólio dos Cimentos, e outros mais, uns já dotados de personalidade jurídica, outros em vias de a adquirir como são os casos do monopólio das Pescas e do monopólio das Cervejas.

Os resultados desta «estratégia anti-monopolista» estão à vista. Preços a subirem em flecha, qualidade dos produtos e serviços em permanente deterioração e ausência de qualquer tipo de defesa para o cidadão consumidor. O velho chavão. «paga e não bufa»!

Os trabalhadores — sempre o Povo — habilmente manobrados, apostaram entusiasticamente nas nacionalizações, na ingenua presunção de que, fazendo-o, iriam ao encontro dos justos anseios do povo. Que diabo, se os monopolistas ganhavam tanto dinheiro, justo seria que esses benefícios fossem colocados ao serviço do Povo oprimido, pondo-se assim termo à exploração do homem pelo homem. E foi com estas e outras «palavras de ordem» que a bola de neve começou a crescer.

Os benefícios para o Povo, estão à vista de todos. Basta olhar para os preços. Não há semana em que não se comemore mais um aumento. E nisto de aumentos, até nem temos sido nada modestos. Aumento sancionado tem de ser aumento que se veja. Se for inferior a 40%, não obtem a anuência de quem de direito...

Mas, estas evidências não sensibilizaram os legisladores da contribuição de 1976. Assim, além de reconhecerem a justiça das nacionalizações, até as tornaram irreversíveis. Como se ficasse mal a alguém reconhecer um erro. Erro que, de resto, até nem era da responsabilidade da Assembleia Constituinte.

Há, no entanto, quem ainda reconheça, os tais erros. Recentemente, os trabalhadores do Entrepósito de Lisboa da Sociedade Central de Cervejas, assimilando com louvável clareza a experiência vivida na quase totalidade dos monopólios do Estado, manifestam-se veementemente contrários à criação de um novo monopólio estatal — o monopólio das cervejas, mais uma vez decidido com desconhecimento do povo português e agora contra a vontade dos trabalhadores do ramo.

Acorrem pressurosos os manipuladores a justificar mais esta batalha em prol da «estratégia anti-monopolista», afirmando que só assim se impedirá a recuperação capitalista.

O que ninguém consegue provar é que esta estratégia visa a melhoria da qualidade de vida do Povo português. E, para quem tiver dúvidas, será bom lembrar quanto custa agora um selo de correio, um saco de cimento, um bilhete de autocarro, uma garrafa de cerveja, uma viagem de caminho de ferro, um quilo de carapau. Razões económicas, é evidente que as há. E as razões políticas, porque não são claramente explicadas?

O corajoso erguer de cabeça dos trabalhadores das cervejas conseguirá travar a demagógica escalada?

Quando pára a bola de neve? E, se não a pararem, onde irá ela parar?

F. REBELO



NORTUR/PM-TURISMO

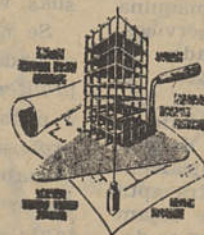
- * passaportes · vistos · viagens
- * voos charter · cruzeiros · excursões
- * reservas de hotéis · apartamentos e vilas
- * bilhetes de avião · comboio e camioneta
- * aluguer de automóveis sem motorista

OS MELHORES PREÇOS NAS AGÊNCIAS
NORTUR

FARO — R. Cons. Bivar, 43 — Tel. 22908-25303

LOULÉ — Praça da República, 24-26 — Tel. 62375

PORTO — R. José Falcão, 82 — Telef. 310533



PARA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

PARDAL, VIEGAS & COSTA, LDA.

É A SOLUÇÃO!!!

- PRÉ-ESFORÇADOS PREMOLDE
- PAVIMENTOS DIVERSOS
- MOSAICOS
- AZULEJOS, LOUÇAS, ETC.

Apartado 30 — ALMANSIL

O problema da água no Algarve

(continuação da pág. 1)

aos trabalhos que decorrem no Algarve até por que o possuem em alto grau, nomeadamente para o abastecimento de água pontual próximo futuro a aglomerados urbanos, julga insuficiente a água que assim venha a conseguir-se com tais tipos de barragens ou bombada de poços ou furos mais ou menos profundos, para o desenvolvimento equilibrado do Algarve.

E que é necessária muita água para que a lavoura minifundiária ou média (2) escravizada por um clima caracterizado pela inconstância e pela penúria pluvial venha a conseguir a diversificação das suas culturas em gama mais numerosa e rica.

E necessário contarmos com o turismo. Queremos e necessitamos, parece que posso usar o plural, que o desenvolvimento turístico se intensifique. Só ele nos pode trazer rapidamente as divisas que a Nação precisa para comprar os «melões»... (trigo, carne, ramas de petróleo, electricidade, etc., etc.).

E premente que o desenvolvimento industrial se processe na nossa querida Província. A propósito surge-me a pergunta: Para quando os polos de desenvolvimento industrial previstos para Faro-Olhão, Vila Real de Santo António e Portimão?

Ora meu prezado Director para tanto, para que o algarvio possa atingir índices definidores de uma sociedade economicamente evoluída é necessário tudo aquilo e por isso e para isso de muita, muitíssima água e eu não creio que as barragens do tipo da Cortelha e da Barrada de Martilongo, pontualmente muito necessárias, e ainda as toaças subterrâneas a detectar e certamente a exaurir logo em seguida, sejam suficientes. Servirão sim para alimentar a esperança de melhores dias para os algarvios mas também para em seguida lhes aumentar a frustração e o pessimismo.

Mas qual a solução? Confesso que não teria escrito estas já tão longas linhas se me ficasse nesta interrogação.

Por mero acaso veio parar-me às mãos alguns elementos que me deram a esperança de ser viável a resolução do problema do abastecimento de água ao Algarve.

Pela sua leitura cimentou-me a convicção que é preciso para o abastecimento de água a todo o Algarve, necessário para o desenvolvimento urbano-industrial e agrícola, tão-somente da decisão governamental, de técnicos devotados e competentes e, principalmente, de dinheiro...

Mas sonhamos até por que o sonho, como dizem os poetas, é meia realidade.

Vamos sonhar com um Governo de «salvação nacional» e que dê confiança a todos os portugueses e ao Mundo. Vamos ainda confiar que a nossa máquina administrativa e de serviços, desmoralizada, ultrapassada, excessivamente burocratizada, e que a partir do 25 de Abril juntou às suas «boas» qualidades o se ter tornado presa fácil de grupos minoritários «anarquicamente apartidário», se encontra apta para as tarefas que lhe sejam entregues; apta a resolver os desafios lançados pelo tão necessário desenvolvimento e progresso acelerado.

Vamos ainda pensar que o Estado agora de Direito venha a obter os capitais necessariamente muito amplos para lançar os grandes e certamente reprodutivos empreendimentos muitos já programados e projectados e dê paralelamente o apoio indispensável à revitalização da iniciativa privada não monopolista tão precisa também para o desenvolvimento da pátria portuguesa. Sonhamos.

Mas se a irreidade dos nossos sonhos se realizasse o abastecimento de água ao Algarve não seria utopia mas sim viável

e o esquema que em tempos li num relatório-resposta a perguntas regimentais formuladas ao Ministério das Obras Públicas — Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos seria por sua vez exequível. — A propósito e como sabe sou «manga de alpaca» e o Diário do Governo (da República) vêm regularmente pararmos às mãos.

Nesse relatório afirma-se a existência de extensas superfícies potencialmente aptas para a instalação de regadio e que a seguir se indicam:

Campos de Tavira e Vila Real de Santo António, 11 900 ha.

Campos de Benaciate, S. Bartomeu de Messines, Algoz e Paderne, 6 000 ha.

Campos de Faro e Lagoa, 25 000 ha.

Várzea de Aljezur, 500 ha.

Um total de 43 400 hectares de terrenos actualmente aproveitados por culturas de sequeiro distribuídos ao longo do Algarve. Todos os concelhos do litoral surgem beneficiados por aquele relatório com excepção, julgo

dos de Lagos, Portimão (?) e Vila do Bispo.

A água para a rega daquela extensa superfície, segundo a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos seria proveniente de barragens a construir nas ribeiras de Oeiras, Carreira, Vascão, Foupana, Odeleite, Choupana e Beliche, afluentes do rio Guadiana e Odelouca, Arade e Odeixe estes tributários directos do Oceano Atlântico (3).

Outra e importante fonte de água deverá ser aproveitada para o fornecimento futuro de água ao Algarve: o rio Guadiana.

(continua no próximo n.º)

ANSELMO DO O

(1) In Correio do Sul de 10 de Junho de 1976.

(2) Para quando uma boa e socio-económica definição de pequena e média empresa agrícola?

(3) Nestes últimos cursos de água já estão construídas as barragens de Silves e da Bravura.

A DROGA à espreita dos jovens

Há tempos, a «Flama» fazia-se eco, pela pena de António Cadavez, do «ambiente de criminalidade generalizada» que se vive e tem seus reflexos mais profundos no ambiente das escolas médias e nos conflitos nacionais e pedagógicos circundantes no périplo escolar: edifícios, ruas adjacentes e leitarias ou bares que lhes são de uma vizinhança pródiga em recursos, mas em acção nefasta e depressiva.

O articulista aduzia vários depoimentos de jovens, através dos quais detectou a presença da droga, que referiu do modo seguinte: «caso grave e de proporções que se julgam alarmantes para a sociedade é a franca transacção de drogas nas leitarias e cafés». E continuava fazendo a reflexão de que esta «degradação moral» arranca pelo cerne a generosidade juvenil, a dedicação, a coragem perante ideais que sugestionam e comprometem de alto a baixo as energias da juventude. O optimismo começa a ser o seu credo. Mesmo a dimensão política das suas vidas cai na indiferença.

Se neste panorama incluímos a onda pornográfica, que tem proliferado sobretudo no cinema, e a facilidade com que «certos professores se servem das responsabilidades didácticas que lhes foram confiadas para uma constante mentalização ideológica dos alunos, usando técnicas de constante repetição de máximas e conceitos intercalados nas matérias de ensino as mais diversas, conseguindo assim a alienação de raciocínios e a implantação de sentimentos condicionados» — teremos então os dados principais para uma alienação completa da juventude. Droga, pornografia e lavagem do cérebro: eis os três instrumentos que minam actualmente a nossa juventude portuguesa, tentando destruir-lhe os fundamentos sólidos da sua tradição secular.

Vitor Alves, ministro do MEIC, elencou há dias na televisão a série de medidas que o seu Ministério tem tomado para possibilitar a todos os portugueses a instrução generalizada... Mas não basta instruir; é preciso formar, dando uma visão cultural de onde nasce o autêntico homem e o verdadeiro português. Dar aos jovens apenas instrução, sem cuidar da formação da sua personalidade, e mais, permitindo passiva ou complacentemente que a droga, a pornografia e a lavagem do cérebro numa visão materialista da vida os agridam por toda a parte, é falsear o problema, é cavar mais fundo o abismo da incultura, uma vez que o homem instruído e perverso usa os seus conhecimentos para o mal.

A droga aí está, na rua, nos cafés, nos encontros dos jovens e agora nas praias, a levar a efeito a sua acção destruidora. Onde estão os responsáveis para punir os traficantes de estupefacientes? Onde estão os professores das nossas escolas, muitos deles mais interessados na iniciação sexual nua e crua de seus alunos ou na implantação de um ensino sem história pátria, sem ideal humano, reduzido a uma visão puramente materialista da vida e, para mais, insuflado pelo ódio de classes, pela divisão entre os homens e pela ausência do amor?

Os jovens continuam a ser as vítimas dos desvarios dos adultos, esperando uma nova ordem de coisas, mais equilibrada, mais sensata, mais humana e, por que não dizê-lo mais cristã.

E.

Faça a sua publicidade em
«A VOZ DE LOULÉ»

Acontece em Loulé!

(continuação da pág. 3)

que não-de julgar-se atingidas por uma notícia que apenas agita um problema que existe e que vem de longe... sem solução à vista.

Portanto, se dentro da Conservatória do Registo Civil de Loulé cada uma das pessoas que lá trabalha sente que cumpre o seu dever, nada mais se lhe pode exigir.

Ninguém de boa fé poderá interpretar as nossas palavras com uma ofensa aos funcionários daquela repartição pública.

A nossa intenção é alertar o Ministério da Administração Interna de que o problema da Conservatória do Registo Civil de Loulé terá que ser resolvido... em benefício do público e também das pessoas que lá trabalham, certamente sob uma certa tensão nervosa, que será uma consequência lógica de uma excessiva aglomeração dum público que, naturalmente, também acabará por estar excitado pelas longas esperas a que tem de se sujeitar.

A debilidade da nossa fraca capacidade intelectual não consegue alcançar como é que «artigos desta natureza e que apenas servem neste meio para criticar e mexericos e que ao cabo e ao resto não conduzem a lado nenhum».

Ninguém nos poderá acusar de fomentarmos críticas ou mexericos e nem a Dr.ª Maria de Fátima poderá ter agora razões para o fazer.

O que está em causa é apenas um problema que existe porque é real e que anualmente se vem repetindo e para o qual ainda não foi dada solução. E é preciso encontrá-la.

Foi esse o objectivo da notícia.

A sr.ª Dr.ª Maria de Fátima sente diariamente o problema e por isso sabe que existe. Se pensa que a Câmara pode resolvê-lo é de estranhar que não tivesse tido ainda contactos no sentido de encontrar a solução desejada.

De entre as várias surpresas contidas na carta, que acima se publica o que nos espanta é o facto de a sr.ª Dr.ª não perceber «porque se fazem bichas às 3 da madrugada, se a Repartição só abre às 9.30 h.».

Nós entendemos que a resposta é intuitiva: se um cidadão chega lá às 8 horas e repara que não foi atendido porque já tinha 25 pessoas à sua frente é evidente que no dia seguinte irá às 7. Se chegar à conclusão que a essa hora também já é tarde porque chegou em 26.º lugar, pois é evidente que procurará ir cada vez mais cedo para... resolver o seu problema. Aliás sabemos de pessoas que foram lá semanas consecutivas para poderem ser atendidas.

Nós até nem fomos lá de madrugada ver... Para crer. Nós fomos simplesmente às 8 da manhã e perguntámos desde que horas estavam lá as primeiras pessoas. Não temos o direito de

duvidar do que nos disseram embora se tratasse apenas de confirmar informações de que alguém não só viu o começo da bicha às 4 horas da madrugada (em data recente foi vista uma pessoa lá sentada à 1 hora da manhã) como até sugeriu a sr.ª Dr.ª Maria de Fátima uma maneira prática e eficaz de coordenar melhor o serviço: distribuição de senhas a todas as pessoas presentes, as quais ficavam sabendo que, o facto de receberem a senha n.º 60, por exemplo, lhes dava a garantia de que podiam lá ir 3 dias depois com a certeza de serem atendidas.

Em vez de ficar satisfeita por termos levantado um problema cuja solução, supomos dependerá de Lisboa, com uma remodelação de serviços ou aumento do quadro do pessoal, a sr.ª Dr.ª Maria de Fátima dá-nos a impressão de ter ficado melindrada como se nós tivéssemos posto em causa a eficiência dos serviços que orienta.

Se o sr. Centeio se reformou e a D. Maria da Luz esteve doente até parece que são 2 fortes razões para justificar um aumento de quadro do pessoal.

Além disso o sistema da entrega de senhas a todas as pessoas já foi utilizado no tempo do sr. Centeio — e com pleno agrado do público.

Quer isto dizer que as deficiências agora apontadas já vêm de longe e portanto quando estavam ao serviço pessoas com larguíssima experiência da sua profissão. Talvez isto queira dizer que o mal não está em atravessar-se «um período de transição».

Talvez nos pareça vir muito a propósito dizer que a agência da Caixa de Depósitos tem um funcionário com contrato (?) para trabalhar somente quando faz falta.

Não se poderia proceder de igual modo em relação ao Registo Civil de Loulé?

Isto é apenas uma sugestão. Muito embora estejam em moda fazerem-se mesas redondas, o director deste jornal não vê que através dela se encontre qualquer outra solução além das já apontadas.

Não podemos terminar sem exprimir a nossa profunda mágoa por esta infeliz expressão: «sugiro uma mesa redonda em que interviria V. Ex.ª, que desde sempre se tem interessado pelos problemas desta Conservatória, mas que NUNCA (o sublinhado é nosso) manifestou o desejo de aprofundá-los».

Lamentamos que a sr.ª Dr.ª Maria de Fátima já não se lembre da entrevista que nos concedeu em 1975 exactamente por causa do mesmo problema que agora levantamos.

Foi exactamente por isso que este ano nos pareceu desnecessário um pedido de esclarecimento, pois já sabíamos as causas das bichas e das soluções desejáveis.

Só por isso não nos «informamos devidamente».

Recuperação das remessas dos emigrantes e do turismo

Os emigrantes portugueses, espalhados pelo Mundo remetiam anualmente para Portugal, sob a forma de economias ou de mesadas para familiares aqui residentes, cerca de dezasseis milhões de contos! A instabilidade criada no País, principalmente durante a vigência do «gongalvismo», levou a um movimento de retracção por parte desses emigrantes, com as consequências que todos sobejamente conhecem. E com isto foi-se uma importante fonte de divisas.

O turismo, devido às mesmas causas, produziu iguais efeitos. Com ele ou melhor, sem ele foi-se uma importante fonte abastecedora de moeda estrangeira.

A recuperação quer das remessas dos emigrantes quer do turismo, é perfeitamente exequível, desde que se criem cá dentro as necessárias condições de estabilidade e confiança, como se espera venha a acontecer, com a entrada em funções do novo Governo.

Ferreira Simões
(In «Diário de Notícias»)

VAMOS À FEIRA DE LOULÉ?

(continuação da pág. 1)

atraíam as populações.

Na sua *Corografia do Reino dos Algarves* — edição de 1841 — já João Baptista da Silva Lopes se referia a um episódio ocorrido na «Grande Feira de Loulé» no reinado de D. Pedro II aí pelos fins do século XVII. Tem grandes tradições a Feira de Loulé: porquê perdê-las?

Os três últimos dias de Agosto destinados à feira tinham razão explícita e talvez hoje já não haja muita justificação: eis daí por que tem decaído, gradualmente, nestas últimas décadas — digamos talvez meio século — a nossa Feira de Loulé.

Era em fins de Agosto que estava praticamente apanhada e recolhida «a novidade» e muitas vezes vendida. Havia dinheiro fresco para se poder pensar nas provisões de inverno, compra de sementes e alfalhas ou necessidade de vender e comprar gado para as lavras e sementeiras do novo ano agrícola.

Loulé, no centro do Algarve e sede do seu maior concelho, atraía imensa multidão à Feira; e lá iam também pequenos proprietários e agricultores desejosos de se informarem perante os exportadores e comerciantes locais acerca dos preços correntes dos frutos secos; pois que era a época do seu acondicionamento e exportação pelos portos de Vila Real, Faro, Albufeira, Portimão e Lagos.

Era quando mais se negociava a «obra» de palma; porque não faltavam à venda os «ceirões» — como o povo diz — para guardar os cereais e legumes que ainda estavam em sacos ou não totalmente recolhidos; ou se encomendavam ou adquiriam as ceiras e golpelhas em que se embalavam os figos e amêndoas para o embarque.

Lembro-me bem que foi no ano de 1917 a primeira mudança da Feira dos Olivais de Sto. António para os terrenos junto aos moinhos da Campina. A distância grande do centro do comércio (não se pensava ainda na Avenida que ligaria a Campina de Cima ao centro da vila) foi o primeiro prejuízo para a Feira e, obviamente, para o comércio local.

Foi mudando de lugar, a Feira de Loulé, melhorando talvez pelo menos na aparência, chegando a possuir o seu recinto fechado, como poucas terras se poderiam gabar de tal benefício.

Era tarde, talvez. A evolução dava-se com lentidão ou era nula; mas o tempo é que não descansava, alterando, gradualmente, os velhos hábitos.

Hoje, a Feira de Loulé é uma vulgar feira de aldeia, inferior

talvez a alguns mercados semanais.

Vamos, louletanos, modernizar e actualizar a nossa Feira. Façamos dela uma feira moderna (remodelando-a profundamente) para benefício, principalmente, do COMÉRCIO DE LOULÉ. Será, pois, uma feira dos louletanos, para os louletanos e não um acompanhamento de comerciantes ocasionais e adventícios que, para Loulé, são de um reduzido interesse comercial. Como é de tradição eles continuaram, livremente, a afluír a Loulé com o seu comércio ambulante; mas a feira que nos será proveitosa é aquela que nós próprios devemos fazer.

Os dias da Feira de Loulé (mesmo sem haver necessidade de alteração de datas) serão dias de grande convergência comercial numa época em que o turismo algarvio ainda pode estar em pleno.

Que seja a Feira um conjunto do comércio, artesanato e da produção da vila e seu concelho, com os seus belos estabelecimentos, a mercadoria variada e exposta com arte, e onde se possa ir procurar de tudo, porque de tudo haverá e a preços de verdadeira concorrência, não faltando a amabilidade e arte de saber vender.

As feiras têm velhas tradições que não se podem perder; mas a de Loulé precisa de uma remodelação e actualização totais. Mantenham-se as feiras de gados, madeiras, louças, etc.; porém pense-se, já para anos vindouros mas próximos em exposições de gados, avicultura, produtos regionais, com prémios para quem melhor apresentar. Há também um pavilhão, ou pavilhões, desmontáveis, como que supermercados de artesanato, e outros produtos regionais, com vários utensílios, o que criará emulação entre todos e daí o gradual aperfeiçoamento.

Para este ano, como já é tarde para grandes projectos, comece-se pela feira dos louletanos; que é como quem diz, do comércio de Loulé. É preciso que surja publicidade; muita publicidade e bem difundida. Faça-se sair um número especial do jornal de anúncios, de distribuição gratuita, bem espalhado por Faro, Quarteira, Vilamoura e todos os aglomerados populacionais que mais interessem e onde haja mais turistas.

É preciso interessar, não só a Imprensa mas também a Rádio. A Feira está à porta — é tempo de actuar, se os mais interessados quiserem...

Olhos d'Água, princípios de Agosto de 1976.

J. de Barros Santos

Reflexões sobre a saúde escolar no concelho de Loulé

(continuação da pág. 1)

tornando-as receptivas, e assim levar essas mesmas populações a colaborar, elas próprias, com os técnicos de saúde.

E nesta perspectiva que se julga útil a divulgação destas reflexões.

Antes de entrar na análise concreta que se pretende, julga-se ainda de interesse fazer um pequeno preâmbulo para enquadrar a Saúde Escolar no actual contexto da Saúde Portuguesa. Quando pela Reforma de 1971 foram criados os Centros de Saúde, nela se previa, numa ampla perspectiva de Saúde Pública, a inclusão da Saúde Escolar, como atitude eminentemente preventiva que este sector constitui, nas actividades dos Centros de Saúde transferindo progressivamente para estes a responsabilidade da execução de tarefas que desde sempre, no nosso país, estivera a cargo dos médicos escolares dependentes do Ministério da Educação. Foi desde o início com esta intenção que a Saúde Escolar foi integrada na rede de saúde pública, com a finalidade de proporcionar às populações as medidas preventivas adequadas para a protecção da saúde durante a gravidez e das crianças desde o seu nascimento até aos 7 anos de idade. Surgem assim como perfeitamente lógicas as actividades de Saúde Escolar ao continuarem depois dos 7 anos a vigilância da saúde iniciada com a citada protecção Materno-infantil.

Cabe aqui perguntar, o que se pretende atingir com estas actividades, qual a finalidade da Saúde Escolar.

Contrariamente ao que algumas pessoas possam julgar a Saúde Escolar não se propõe tratar os escolares que adoeçam, antes pelo contrário ela pretende numa atitude eminentemente preventiva e através de medidas adequadas de higiene, de nutrição e de medicina preventiva e social exercer um controle e vigilância não só do escolar como de todo o ambiente que o rodeia, de molde a despistar todas as situações anómalas que possam afectar negativamente não só a sua saúde como o seu aproveitamento escolar.

Através de inspecções médicas sistemáticas pretende-se encontrar deficiências, umas porventura ainda ignoradas como perturbações visuais e auditivas que conduzirão inevitavelmente ao fracasso escolar se continuarem ignoradas. Outras, embora já conhecidas, são por vezes mal valorizadas, como por exemplo certas doenças crónicas (diabetes, anginas de repetição, etc.) levam as crianças a fatigar-se facilmente, o mesmo sucedendo às crianças subalimentadas, cujo rendimento físico e intelectual, será inevitavelmente muito baixo. Todas estas situações que se traduzem por uma maior ou menor inadaptabilidade escolar são muitas vezes precipitadamente rotuladas de «atraso mental». Mas, até quando o insucesso escolar se deve a deficiência intelectual a Saúde Escolar procura encorajar e encaminhar o tratamento

destas situações, o mesmo acontecendo a situações de inadaptabilidade resultantes de causas emocionais decorrentes de instabilidade familiar. Uma vez detectadas, as situações anómalas são devidamente encaminhadas para o diversos técnicos de saúde que as possam tratar, não competindo à Saúde Escolar assumir a responsabilidade do seu tratamento.

Preocupa-se também a Saúde Escolar com a Higiene dos Edifícios escolares, competindo-lhe então chamar a atenção das entidades competentes para a correcção das deficiências detectadas. Procura ainda promover educação sanitária sobretudo no campo da higiene individual e colectiva e da higiene da alimentação. Põe em execução todo um esquema de vacinações adequadas às idades escolares.

Como facilmente se depreende trata-se duma actividade que pressupõe um trabalho de equipe integrada por variados elementos como técnicos de saúde, psicólogos, pedagogos a que não deverá faltar a colaboração dos próprios pais dos alunos.

Iniciou o Centro de Saúde de Loulé as suas actividades neste sector no ano lectivo de 73/74 muito tardiamente em relação ao ano escolar e unicamente com uma intenção experimental, tendo-se nesse ano efectuado apenas 161 inspecções e só em alunos do 1.º ano do ciclo preparatório. No ano lectivo seguinte, 74/75, e já beneficiando da experiência adquirida no ano anterior, melhorou-se sensivelmente a nossa actuação tendo-se conseguido chegar a um número próximo das 500 inspecções e beneficiando não só os alunos do primeiro ano do ciclo preparatório como os da 1.ª classe primária. No ano lectivo de 75/76, que agora findou, ultrapassaram-se as 1000 inspecções e pela primeira vez se cumpriu integralmente o programa que nos é proposto pela Direcção Geral de Saúde, que pretende atingir prioritariamente os primeiros anos do Ensino Básico (primeira classe primária e primeiro ano do Ciclo Preparatório).

Deve ficar bem esclarecido este aspecto, susceptível por vezes de provocar alguns equívocos, até em pessoas ligadas ao ensino, quer sejam professores ou mesmo pais, mas porventura menos informados, que a orientação emanada da Direcção Geral de Saúde estabelece naturalmente prioridades, e elas vão incidir precisamente naquelas classes já indicadas. Só depois de atingidas estas prioridades e dentro das disponibilidades das Equipas de SE se poderá pensar em dirigir também a SE para outros grupos escolares. Julgamos útil citar que mesmo em países com uma estrutura de SE bastante evoluída e altamente diferenciada, com uma experiência de longos anos, perfilham igualmente uma orientação de fazer incidir as inspecções apenas em determinados anos escolares.

Por motivos que a seguir serão sublinhados, no estado actual das nossas estruturas de Saúde Pública, afigura-se-nos extremamente difícil, pelo menos a curto prazo, tornar extensivos os cuidados de SE a outros grupos escolares ainda não beneficiados.

Apenas para dar uma ideia da actividade desenvolvida no decorrer deste ano lectivo de 75/76 podemos citar que foram percorridos cerca de 2700 km, pois foram visitadas todas as Escolas do concelho aonde existiam 1.ª classes, num total de 74, uma vez que o nosso trabalho se processa na própria escola; foram administradas 3361 vacinações que beneficiaram todos os alunos do ensino primário independentemente da classe que frequentavam, e cerca de 780 «casos» foram encaminhados.

(Conclui no próximo número)
O Delegado de Saúde de Loulé

As Águas de Carvalhinhos puríssimas, exercem uma acção mineralizadora e preventiva da cárie dentária.



(De «Diário do Ribatejo»)



**JOSÉ GUERREIRO
NETO & FILHO, LDA.**

SE PRETENDE ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO PARA
O SEU PROBLEMA...

- IMPERMEABILIZAÇÕES:
COBERTURAS, PAREDES, FUNDAÇÕES, DEPÓSITOS, etc.
- PAVIMENTOS INDUSTRIAIS E PECUÁRIOS
- ISOLAMENTOS TÉRMICOS:
CÁMARAS FRIGORÍFICAS, COBERTURAS, etc.

Uma equipa de pessoal especializado
encontrar-se-á ao seu dispor

Escritório: Rua Padre António Vieira — LOULÉ
TELEFONE 62 283

LIGADORES

— todos os sistemas —
CASA CHAVES CAMINHA
Av. Rio de Janeiro, 19-B
LISBOA — Telef. 725163

Móveis em todos os estilos
a preços acessíveis — só na

CASA SIMÃO

(A MOBILADORA)

António Simão Viegas, Ltd.ª

Telef. 62110 — LOULÉ

A ALEGRIA DE SERMOS POBRES

RIA
CONNOSCO

(continuação da pág. 1)
ser eu — levam-me a pedir-te que publiques esta nota em resposta à «Alegria de sermos Pobres» (Voz de Loulé n.º 558, de 7-7-76). já que sou acusado de ter sonhos utópicos, sendo tudo «misturado» com factos graves passados no Algarve. Peço-te que não repitas...

Pergunta-se, e com muita razão, que águas temos, com que energia nossa contamos e que alimentos podemos produzir. De facto, as actuais restrições de electricidade, a falta de água, o preço exorbitante dos combustíveis e a importação maciça de alimentos põem problemas cruciais: será que poderemos sobreviver independentes? Será que pode aumentar o nível de vida do nosso povo? Claro que sim, que podemos!

Os cortes súbitos de electricidade não teriam porque existir, resumindo, não se tivessem verificado os seguintes factos.

— atrasos de quase dois anos na construção das centrais do Douro nacional;

— atrasos nos estudos e nas decisões sobre novas fontes de energia hídrica.

Quanto ao último ponto, surgem perguntas importantes, uma vez que já se sabia em Março que não havia em Portugal energia garantida para este ano: terá sido por razões eleitoralistas? O que é que se tem avançado, desde o fim do ano passado, em matéria de novos projectos hidroeléctricos? Segundo foi dito no Encontro Nacional de Política Energética no Porto, em Novembro de 75, não se constroem porque tais projectos não estão feitos. Porque é que não se aproveitam para minorar o atraso, os engenheiros portugueses exteriores à CPE, hoje EDP, já que vários há que têm tido pouco que fazer? No entanto, entidades mais diligentes têm preparado a tempo projectos hidroagrícolas e redes de rega que podem ser executados imediatamente.

Uma vez que os governos fascistas «deram» o Tejo Internacional em troca do «imaginativo» Lindoso Alto, porque é que se não começa o projecto definitivo da nossa maior fonte de energia hidráulica por aproveitar? Será tudo isto para defender o capitalismo?

No trecho internacional do Minho está acordado com a Espanha construir, em comum, uma central hidroeléctrica importante. O Lindoso Alto é uma fonte de energia que só por si rege a necessidade da controversa «1.ª Central Nuclear». O Lindoso, permite instalar 900 Mw* de potência (reversíveis) e regularizar, de uma só vez, o rio Lima. Os muitos afluentes do rio Douro constituem não só uma enorme manancial possível de energia e uma reserva de água e electricidade, para os anos secos, do maior valor. São pelo menos 25 grandes barragens a realizar nestes afluentes. E isso é muito urgente, porque as cabeceiras desses rios já estão a começar a ser usadas em Espanha.

No Douro Internacional há que passar para o dobro a potência instalada nas centrais de Miranda, Picote e Bemposta, sem o que se perderá muita energia. O Vouga, e toda a bacia hidrográfica da ria de Aveiro, pode controlar o nosso segundo maior e mais rico perímetro hidroagrícola. No Mondego, só agora se vai aproveitar a sua parte inferior; na Serra da Estrela há muita energia, e essa água ainda está por guardar em grandes e pequenas barragens, e por turbinar em grandes quedas. O Tejo (em Almourol) e o Zézere (do Cabril até ao Fundão e de Valhelhas para cima) podem garantir a rega no vastíssimo Ribatejo, desde Abrantes a Lisboa. Enfim, o Guadiana: está por aproveitar em Alqueva e na Rocha da Galé. Que não tarde, é o que sugerimos...

O facto é que se qualquer dos empreendimentos atrás referidos se tivesse realizado em devido

tempo, não seria necessário fazer agora restrições e estava a dar-se trabalho aos portugueses em numerosos lugares e organizações, se tivessem informado os trabalhadores de que não havia energia eléctrica e que havia que a poupar. Não estaríamos agora submetidos como nos tempos da ditadura, a decisões desconsideradas, drásticas, repentinas e insanas. Pelo que vimos, Portugal tem ainda por aproveitar mais de metade da sua energia hidroeléctrica disponível, produzimos anualmente 9 000 Gwh hora hídricos e podemos produzir 20 ou mesmo 23 000.

Da água dependem também a sanidade, a habitação, os alimentos, a navegação, etc. por isso que a valorização e o desenvolvimento da nossa riqueza hídrica é fundamental para a nossa independência. As barragens, criando grandes albufeiras, formam não só grandes reservatórios de energia, mas também garantem água para as regas estivais, impedindo de igual modo todas as consequências nocivas, entre elas a poluição, nos rios que secam. Lisboa, Santarém, Cascais, etc., virão a beber a água das barragens do Zézere; Évora e Beja e muitas outras povoações alentejanas das do Guadiana; as vilas e cidades ao longo do Mondego ficarão com o seu futuro hídrico assegurado pelas obras a realizar neste rio: e por aí fora, o mesmo. Grandes planos de rega, rega que essas barragens tornarão possível, nas planícies e planaltos do Minho ao Algarve, em perto de um milhão de hectares, em pequenas e grandes zonas — como as do planalto transmontano, Cova da Beira, Vouga-Aveiro, Coimbra-Figueira-Leiria, Ribatejo desde Rodão e grande parte do Alentejo e Algarve, duplicarão a produção de alimentos nessas áreas. Os rios do Norte (Minho, Lima, Cávado e Douro, sobretudo) têm muita água que se perde no mar, enquanto no Verão o Sol e o solo abundam no Sul. É possível fazer as transferências de água entre as grandes bacias; muitas ideias já foram discutidas para ligar o conjunto Douro-Tejo-Guadiana, para beneficiar terras que vão até ao Algarve. Ainda que tudo isto pareça um sonho, é realizável e «tecnicamente possível». Custa caro, mas não tanto quanto as guerras coloniais...

J. LAGINHA SERAFIM

Face ao que atrás fica dito, queremos frisar claramente que, ao redigirmos a notícia em causa, tivemos a preocupação de não ferir o Eng.º Laginha Serafim, pois não podíamos pôr em dúvida o valor das suas afirmações em matéria de que é técnico de grande renome internacional.

Por isso foi com grande receio de uma resposta positiva que abordámos o problema de a água do Guadiana chegar a Alte. Mas não resistimos a uma curiosidade enorme e o desejo imenso de saber como é que isso seria possível, porque pensámos na cota em que Alte se situa, na distância que a separa do Guadiana da nossa típica aldeia e até na abundância de suas fartas nascentes, cujas águas não foram ainda represadas para poderem ser convenientemente aproveitadas.

Seria, portanto, estupidez da nossa parte pormos em dúvida a capacidade intelectual de um louletano e amigo, de indiscutível inteligência e que ao longo de tantos anos se tem revelado um técnico altamente conceituado.

Aliás a sua inteligência revelou-se logo nos seus tempos de estudante e de tal forma que até o grande poeta Aleixo lhe dedicou a seguinte quadra:

Tu que tens saber profundo,
que és engenheiro e vês bem
ergue uma ponte, onde o mundo
passe sem esmagar ninguém.

Era exactamente isto que te queríamos dizer: «ergue uma

ponte sem esmagar ninguém», pois assim contribuirias para uma mais perfeita e salutar compreensão entre os homens.

Não é atropelando tudo e todos, com cegos objectivos, que se conseguirá construir um mundo melhor.

Pela nossa parte já nos contentamos em pugnar pelo progresso da nossa terra, do nosso Algarve.

Dai os nossos lamentos de estarmos tão pobres que nem ao menos temos agora possibilidade de resolver os nossos problemas de abastecimento de água. Desejar isto, não será, porventura, amar a nossa terra? Quem poderá duvidar?

Por isso entendemos que a reacção do eng.º Laginha Serafim é principalmente o reflexo dum estado de espírito que se apoderou dos portugueses ao longo das situações criadas por 2 anos duma Revolução que fez tremer de pavor este conturbado país.

Porque não nos havemos de repetir, Laginha Serafim, sempre que esteja em causa defender o nosso Algarve, a nossa terra? Pugnar pelo bem estar das populações que aqui vivem e trabalhar será atitude crítica?

Desejar que a bênção da água chegue abundantemente para todos, será porventura crime para que tenhamos que temer repetir-nos?

Será que os problemas só deverão ser debatidos quando se sentirem situações de angústia?

Afinal Laginha Serafim melindra-se com o local que escrevemos mas não responde ao problema do fundo que justificou a sua reacção.

Desvia-se para o problema de electricidade a nível nacional, quando afinal nós apenas falamos de água a nível local.

Diz que há um atraso de 2 anos na construção de centrais mas não actua culpados.

Denuncia atrasos nos estudos de novas fontes de energia, mas recebe melindrar quem tudo fez parar este país durante 2 anos.

E nem sequer nos diz que essa paralização faz parte de um certo programa de destruição total da nossa débil economia.

O eng.º Laginha Serafim diva-

ga, divaga e, através das divagações de quem sonha com um país mais próspero (de onde a miséria seja abolida) revela-se aquele técnico consciente e conhecedor profundo dos problemas da sua profissão.

Só que o Engenheiro Laginha Serafim não é economista e por isso continua (ainda hoje) a não poder dizer-nos onde iremos buscar o dinheiro para transformar em realidade os seus belos sonhos.

E é naturalmente por isso que o nosso amigo diz que o Guadiana está por aproveitar mas não diz porque razão Alqueva está parada...

O Engenheiro Laginha Serafim ficou de tal maneira chocado com o nosso «toque» que até se esqueceu de responder à nossa notícia.

Porque, no fundo, o que dissemos é que hoje estamos tão pobres que podemos considerar de «sonhos utópicos» pretender-se irrigar Alte com água do Guadiana, quanto mais fazer uma ligação: Douro-Tejo-Guadiana.

Achamos muito curioso que o nosso amigo não se tivesse esquecido do custo das guerras coloniais, mas como não é economista não explica como é que foi possível acumular 800 toneladas de ouro e ainda se «arranja algum» para oferecer às ex-colónias, em flagrante prejuízo duma economia agora tão deficitária que, esmola empréstimos aos países capitalistas... porque os outros só fornecem armas... para conquistar o Mundo.

Sem dinheiro para fomentar a riqueza, «quando podemos ser ricos»?

Não queremos terminar estes comentários sem fazer lembrar ao Engenheiro Laginha Serafim da transbordante alegria que ambos sentimos quando souo a hora da Revolução da Esperança e... quanto nos custou vê-lo distanciar-se dos belos ideais com que ambos sonhámos para o nosso país.

Lembras-te desses belos e fugazes dias que encheram de júbilo milhões de portugueses... que depressa se sentiram traídos?

J. B.

* Um Mw (megawatt) vale um milhão de Kw.

COISAS DA NOSSA TERRA

(continuação da pág. 1)

— se depois do 25 de Abril!!!

Fiquei pasmado e não posso acreditar que se tenha feito do 25 de Abril a porta de escape da falta de respeito, da má-criação, da indelicadeza e até mesmo da estupidez. Não, não posso acreditar que a «Revolução dos cravos» venha desta forma «encravar» as relações sociais dos portugueses entre si e entre estrangeiros.

Não, não posso acreditar que os portugueses pensem que a Liberdade, a Democracia e o Socialismo sejam a falta de respeito, a indelicadeza, a má-criação e a estupidez! Não, mil vezes não!

No entanto, infelizmente, é o que se passa entre nós!

Nos países de verdadeiro Socialismo e autêntica Democracia há respeito entre os cidadãos.

PROPRIEDADE VENDE-SE

No sítio da Goncinha (a 1500 metros de Loulé) vende-se uma courela de terra com várias árvores de fruto, podendo servir para construção. Tem casa de habitação com 4 divisões.

Informa: Marquinhos Fome, no próprio local.

Aliás a base fundamental da verdadeira Democracia consiste no respeito pelos direitos de cada um.

Não pode tolerar-se, num país Livre e Social e Democrata que um funcionário, durante o tempo em que deve atender os seus compatriotas, fique entretido em conversas e chalaças fazendo esperar os que recorrem aos seus serviços.

Todo o funcionário é um cidadão, que está ao serviço dos seus concidadãos, que pagam para serem servidos e não para serem martirizados, desprezados ou mesmo insultados. Os ares de superioridade e prepotência de alguns funcionários perante o público revelam falta de mentalização e até mesmo de competência profissional...

O público deve exigir o afastamento destes maus servidores do Povo. Não é com estes funcionários que se pode edificar um Portugal ordeiro, esclarecido e disciplinado. Um Povo Livre só o é verdadeiramente, quando vive em ordem, respeito, e disciplina.

VENDE-SE

Com chave na mão, uma morada de casas térreas, com 350 m2 de quintal, na Rua dos Combatentes — Campina de Cima.

Informa Telef. 62372 — LOULÉ.

Num compartimento do comboio, um amável senhor pergunta a um menino que viaja com sua mãe:

— Como te chamas, lindo?

— E quantos anos tens?

O menino volta-se para a mãe e pergunta.

— Ó mãe, este é que é o senhor revisor?

— x —

Um homem triste e desalentado comparece diante do tribunal. Era acusado de ter matado uma velha muito rica e a única prova era um guarda-chuva que lhe pertencia e que fora encontrado no local do crime. O advogado de defesa, porém, conseguiu provar que o guarda-chuva não era dele e o pobre foi absolvido.

A saída da audiência, o homem dirige-se ao advogado:

— Agora que tudo passou, devolver-me-ão o guarda-chuva?

CONFUSÃO

Dois bêbados sobem para um eléctrico a altas horas da noite. Um deles aproxima-se dum homem fardado e pergunta-lhe:

— Quantas paragens faltam ainda para chegarmos ao Cais do Sodré?

— Não me faça perguntas dessas — respondeu o homem encolerizado. — Sou oficial de marinha e não empregado da Carris.

— Oh... desçam depressa, compadre! — exclama o bêbado, consternado. — Depressa, antes que ele levante ferro! Isto não é um eléctrico, é um navio de guerra!...

É tempo de passar ao segundo ponto: a falta de higiene.

A gente fica horrorizada com o que se vê por aí!

Basta um exemplo: na Praia da Quarteira o leite é vendido, numa estrada, onde passam, ininterruptamente, dezenas de veículos motorizados. É incrível que isto seja feito num país civilizado! Será possível que as autoridades não atentem neste crime contra a saúde pública?

O Povo paga para que as autoridades zelem e defendam o mais precioso dom — que é a saúde. Como se compreende, portanto, que o leite — alimento precioso, de si, tão atreito a tornar-se veículo de perigosas enfermidades — seja vendido no meio de uma estrada e recebido e transportado em recipientes, trazidos por pessoas que estão longos minutos, em bicha, esperando a vez de serem atendidas? Esses recipientes conspurcados (quer dizer: sujos) pela poeira da estrada vão receber o leite igualmente conspurcado, pois que corre da vasilha, ao ar livre, na mesma estrada! Inacreditável!

Pobre Povo tão mal servido é!

Que me seja perdoada esta rude franqueza pelo muito que prezo o Povo da minha Pátria!

Um Turista

CARIMBOS?

Faça as suas encomendas à Gráfica Louletana.

Telef. 62536 — LOULÉ.

NOTÍCIAS DE SALIR

De novo em foco o problema da água

Em visita de trabalho, deslocaram-se a Salir, no passado dia 26 de Julho os srs. António Maria Andrade de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Loulé, eng.º Manuel Pedrosa da mesma Câmara, arquitecto Rui Paula, director do Gabinete de Planeamento do Algarve e eng.º Vieira Machado do mesmo Gabinete, que se fizeram acompanhar pelos srs. Manuel Martins Eusébio, Manuel Guerreiro Gonçalves e José Pires Afonso, respectivamente Presidente da Junta de Freguesia, tesoureiro e setas aos sítios de Almarginho, Rocha da Pena, Barrigões, Montes Novos e o local dos furos onde se encontram as nascentes de água que abastecerão Salir.

Em todos os sítios os visitantes foram recebidos com satis-

fação pelas populações que fizeram sentir as necessidades, principalmente as mais urgentes.

Ficou assente que o Almarginho irá ser dotado num futuro próximo com uma estrada pavimentada e asfaltada entre Ponte Nova e Portela da Nave, servindo esta o sítio da Fonte Flgueira.

A Rocha da Pena irá ter uma estrada de acesso à estrada Nacional.

O Malhão irá finalmente ver realizada a sua maior aspiração: o prolongamento da estrada M. 503 entre o Pé do Coelho e Malhão, importante ligação que servirá muitos sítios desolados da serra, ficando desta forma resolvido o acesso à Serra Chã, pois uma vez feita esta ligação não haverá dificuldades em percorrer todo o interior da Serra, visto esta, a partir dali, ser quase

plana até Almodovar onde com facilidade circulam veículos motorizados. Irá pois brevemente ser feito o necessário levantamento topográfico.

Em Barrigões foi visitado o local, no sítio da Sarnadinha, para construção de uma ponte que dê acesso aos dois sítios e ainda a breve electrificação do sítio dos Barrigões, velha aspiração dos seus habitantes estando para muito breve este melhoramento pois já foram iniciados os trabalhos da linha de alta tensão Salir-Freixo Seco-Barrigões-Vermelhos-Ameixial.

Em Montes Novos foi visitado o edifício em construção para a sede da Casa Cultural sendo posta à disposição a verba necessária para o seu acabamento.

Em Salir foi visitado o campo de jogos da Associação Cultu-

ral de Salir, onde foi oferecido para os balneários em construção a quantia de 150 000\$00.

E finalmente visitado o local onde se encontram os furos feitos há 21 anos onde foi descoberto um verdadeiro caudal de boa água, e que em breve, talvez ainda no corrente ano, a população de Salir rejubile de contentamento ao ver correr em suas casas em abundância o precioso líquido que presentemente só por favor e nem sempre se consegue a 5\$00 cada cantaro o que equivale a 250\$00 o metro cúbico.

Já começaram os trabalhos do levantamento topográfico para instalação dum posto transformador no local, e da respectiva conduta.

A Voz de Loulé, n.º 591 18-8-76

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ
Proc. 36/76

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

Na acção ordinária de investigação de paternidade que, na 2.ª Secção deste Tribunal, o Ministério Público, em representação da menor Sandra Isabel Guerreiro Mea-lha, move contra IDALIO DOS RAMOS CAVALARIA, solteiro, maior, agricultor, ausente em parte incerta em França e que residuiu em Almarginho, Cachopo, Tavira, é este Réu citado para, no prazo de 20 dias, que começa a correr 30 dias a contar da 2.ª publicação deste anúncio contestar o pedido feito pelo Autor, que consiste em ser declarada sua filha a referida menor, conforme fundamentos constantes da respectiva petição inicial cujo duplicado lhe será entregue se o solicitar.

Loulé, 22 de Julho de 1976.

O Escrivão de Direito,
João Maria Martins da Silva

Verifiquei: — O Juiz
de Direito,
Jorge Mourão Mendes Leão

VENDE-SE

Propriedades de cortiça nos Concelhos de Loulé, S. Brás de Alportel e Tavira.
Informa Telef. 72142 ou 42335.

Trespasa-se

Uma mercearia, situada na Rua de Portugal, 80 — Loulé.

Informa no local ou pelo telefone 62727 — LOULÉ.

Trespasa-se

Estabelecimento especializado em artigos de criança situado na Rua 5 de Outubro, 10 — LOULÉ.

Motivo à vista. Tratar no próprio local ou pelo telef. 62437.

VENDEM-SE

Andares de construção recente, com 4 assoalhadas com chave na mão, com bons acabamentos e preços acessíveis, situados na Expansão Sul (Cadoiço) — Loulé.

Informa Filipe Marum Murta, 3.º, Dt.º — Cadoiço — LOULÉ.

PRÉDIO

Vende-se um prédio com 5 divisões no rés-do-chão e 5 no 1.º andar, situado no centro da vila.

Nesta redacção se informa.

Uma mala cheia de saudades...

Você acaba de chegar. Traz saudades dos seus, porque mesmo longe não deixou de pensar neles. E traz projectos sobre o seu futuro. Projectos de adquirir uma casa sua. De aumentar a sua pequena indústria. De desenvolver a sua fazenda. De se lançar na construção. Recorra, pois, aos serviços da Caixa, que lhe concede grandes facilidades de crédito. Deposite as suas economias, mesmo em moeda estrangeira, na Caixa Geral de Depósitos. A Caixa vai lançar em breve um novo sistema de poupança-crédito, que beneficiará grandemente os emigrantes. Confie na Caixa Geral de Depósitos. Pense na segurança do seu dinheiro e veja-o crescer... Pense no futuro de todos os seus, agora que acaba de chegar.



FLUMEN



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



AS MINI-BARRAGENS

Não se pretende fazer discursos nem tão pouco alongar histórias, pretende-se apenas falar um pouco da actividade horticola do nosso concelho e dos benefícios que se afiguram poderiam trazer as barragens no seu futuro desenvolvimento. Isto com quem deseja levantar um problema, e apresentar hipóteses de solução, no desejo de que as coisas se movimentem no sentido do bem comum.

Assim, sendo o elemento fundamental do tema a água, começarei por recordar a repetição de esforços humanos e financeiros, de todos conhecidos, que através dos tempos as populações têm desenvolvido na procura desse líquido culminando, nalguns casos, em poço seco, noutros, no corte de uma nascente por outra, enfraquecimento ou esgotamento de todas, fazendo lembrar uma luta onde vence o mais forte, se afastam ou caem exaustos, quando as forças se equilibram. Fruto desses esforços, estão os chapeadinhos, e pouco mais, por aí disseminados, e que são no fundo a fonte de uma das maiores riquezas alimentares do meio.

Outro exemplo a recordar será o daqueles que, forçados pela necessidade de obter os indispensáveis produtos da horta, a cultivar, própria ou de renda, às vezes a grandes distâncias que percorrem quase diariamente, a pé, por caminhos abruptos, de enxada ao ombro ou acarretando com as bestas de carga os estrumes para a adubar, ou os seus produtos.

Além disso há ainda a considerar os processos tradicionais de rega, manual, mecânico, animal, que, a não ser o processo de rego «de roço» oneram sempre a exploração e criam dentro dela situações de desespero e de abandono.

Quando uma coisa produz bons resultados, logo há quem a queira seguir ou imitar. Talvez a barragem de Silves, esteja em parte na origem das mini-barragens da freguesia de Alte (1), e seguintes, e da recente construção da barragem da Corte-lha.

Não me referindo propriamente a esta região ou a outras onde algum progresso poderá ser alcançado, apesar da complexidade do problema das expropriações, a zona serrana, designadamente a mais montanhosa, através dos vales profundos que a caracterizam, poderia muito bem oferecer condições para armazenar a água que todo o concelho precisa. Exposta à acção erosiva das chuvas (2), esta zona mais deveria destinar-se ao fomento florestal, com predomínio da sobreira e de outras árvores de idêntico valor, do que a culturas carecidas de constantes revoluções da terra.

As condições do clima e a natureza dos solos do concelho prestam-se, além de outras especialmente ao desenvolvimento da fruticultura e horticultura, podendo comportar em todas as épocas, sementeiras das diferentes espécies, entre elas destacando-se a dos chamados produtos fora de tempo e a da batata serôdia que é colhida nos últimos meses do ano.

Mas para que tudo isto possa frutificar em quantidade e qualidade, é preciso o tal líquido precioso. (Tanta enxurrada perdida no oceano...)

Com os projectos ora em estudo, espera-se, todavia, que, a breve prazo, algo dessa falta desaparecerá e, tanto quanto me parece, maior valor terá quanto mais os projectos forem integrados em planos de extensos regadios, visando o emprego efectivo da máquina, produções em termos competitivos e transformações do processo em favor de outro mais suave e de estímulo para quem a terra trabalha. Com a força da matéria prima produzida, então, como por acréscimo, outras riquezas tenderiam a desenvolver-se: agropecuária, indústria, apicultura, pesca, turismo.

«Parado é que não se ganha a vida», diz o povo. Há pois que fazer por ela, continuando na construção de qualquer coisa útil, sem alardes, evidentemente, que são próprios de charlatães, mas também sem críticas destrutivas e derrotismos demolido-

res, que são condenáveis. «Trabalho de moço é pouco, quem não o aproveita é louco», expressão popular que parece ter aqui certo cabimento.

As pequenas barragens, ou tapadas, como lhes queiram chamar, para uma fase experimental, talvez sejam a forma mais apropriada de fazer crer na sua utilidade e de vencer as dificuldades do que atrás se diz sobre expropriações, e assim melhor aceites que as grandes construções, num concelho como o nosso de puro domínio da pequena propriedade.

Finalmente não de criar-se cooperativas ou quaisquer outras associações, livremente aceites por todos aqueles que, honestamente, possam, sejam capazes e estejam interessados na exploração e desenvolvimento das riquezas da terra.

(1) Vide «Rondas às freguesias por Manuel Povinho», do jornal «A Voz de Loulé».

(2) Vide «Uma excursão à Serra do Algarve» da autoria do Prof. Dr. Manuel Viegas Guerreiro, publicada no mesmo jornal em 1956, e M. Gomes Guerreiro, «Subsídios para um melhor ordenamento agro-florestal», Rev. Agros, 1954.

FARIAS - QUERENÇA

FINANCIAMENTOS A COOPERATIVAS

No âmbito de uma política de apoio às actividades agrícolas, a Caixa Geral de Depósitos aprovou, recentemente, financiamentos a 19 Cooperativas de Comercialização e Transformação no montante de 85 500 contos, destinados à construção e ampliação de instalações e compra de equipamento.

Esta verba é parte do financiamento global de 445 566 contos a conceder a organismos daquele tipo, de acordo com o programa aprovado em Conselho de Ministros e constante do Diário da República, 1.ª série, n.º 159.

Centro Universitário de Faro

Balanco do Primeiro Ano de Actividades

O ardente e longo sonho das gentes algarvias, da implantação de Estudos Superiores, na sua Província, parece encaminhar-se, decisivamente, para a sua fase de concretização.

Finalmente, e mercê da alteração das estruturas políticas ocorrida em Portugal, a ansiada autonomia do Algarve, dentro do âmbito de descentralização definido pela Constituição, foi, já, consagrada, legalmente através da aprovação do projecto de decreto-lei sobre a criação da Região do Algarve, com sede em Faro, e dispondo de autonomia administrativa e financeira.

Esta situação pode e deve ser encarada como o primeiro passo para uma fundada esperança de efectivação de vastos anelos e justas aspirações que, continuamente, eram denegados a esta zona do País, pelo Antigo Regime.

Sempre esquecido, totalmente preterido, o Algarve esteve, praticamente, voltado ao ostracismo, até ao surgimento da indústria do turismo externo, na medida em que constituía excelente fonte de entrada de divisas que compensavam, de certo modo, a balança de pagamentos.

Contudo, se alguém saiu beneficiado, não o foi, decerto, o povo sulino. O «desenvolvimento» operado manifestou-se, tão somente, na construção de hotéis de luxo e instalações afins ligadas a empreendimentos similares, e para gozo dos estrangeiros de alta cotação financeira, porque inacessíveis ao fraco poder económico do português médio.

Nesta perspectiva, apenas restava ao algarvio continuar a contemplar os maravilhosos pôr-do-sol; desfrutar das águas cristalinas («águas», e não praias, porquanto já as havia «particulares», nas quais chegava a ser

real a interdição de entrada...); *espreitar a vista* pela beleza dos aldeamentos turísticos; ou penetrar, *recessa e sorrateiramente*, no amplo e faiscante galão de entrada de um hotel de cinco estrelas...

Mais do que nunca, é imperioso que se tenha em devida conta a necessidade de *elevação do nível cultural (indissociável do conhecimento político)* do Povo Português, no momento em que se pretende reconverter o País, após todos os abalos que as contradições inerentes ao próprio processo revolucionário fizeram provocar — e com as más consequências de todos conhecidos...

Só com o acesso garantido da globalidade da população aos meios de cultura, será possível criar, *pari passu* com a institucionalização da Democracia, a consciência colectiva para atingir tal desiderato — mais do que isso, a sua autêntica e real consolidação.

E neste contexto que o Algarve se encontra carenciado e com um «handicap» considerável em relação a outros pontos do País, mais favorecidos pelo Governo Central. Em boa verdade, falta-lhe o suporte, o pilar fundamental em que deve assentar essa transformação — a *implantação de Estudos Superiores*.

No início deste ano, algumas pessoas desta cidade, imbuídas de firme propósito, decidiram dar vida aquilo que se tinha em mente há muitos e muitos anos. Deparando com algumas dificuldades, souberam, todavia, pela insistência e pertinácia, contrariá-las.

Obtido o apoio das Faculdades (DIREITO, LETRAS, ECONOMIA) da Universidade de Lisboa, restava conseguir o local onde as lições pudessem ser ministradas. O sr. Bispo do Algarve, num gesto de perfeita compreensão pelo significado e alcance da obra iniciada, cedeu instalações do Seminário de Faro para o devido efeito.

As aulas processaram-se para um conjunto de alunos (provenientes de Lagos a Vila Real de Santo António) que superou o número das *duas centenas e meia*, o que é francamente elucidoativo do interesse que os cursos despertaram.

O trabalho dos alunos foi bastante positivo, e o seu aproveitamento pode ser classificado de plenamente suficiente, se comparado ao dos colegas de Lisboa, e *bastante bom* se se atender às condições específicas do seu labor (estudantes-trabalhadores; aulas em regime intensivo; ausência de estruturas que, por enquanto, apoiem o novo tipo de trabalho de investigação contínua que se processa nas Faculdades), segundo opinião expressa pelos professores.

O Algarve merece, de facto, a efectiva implantação de Estudos Superiores, visando a *fixação e promoção intelectual, cultural e social dos seus habitantes*, não só pela importância que assume dentro do contexto da Nação, mas porque, na verdade, se encontra extremamente desfavorecido naqueles aspectos.

Oxalá as autoridades responsáveis saibam compreender e acolher do melhor modo esta justíssima aspiração e o que a sua concretização representa de benefícios para os algarvios — para o País, afinal.

Jorge Cabrita

LUTA CONTRA A CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA

A luta contra a contaminação da água é principalmente um problema de higiene pública, no qual entram factores de ordem diversa. Apesar disso, a higiene individual e colectiva pode contribuir, em certa medida, para tornar menos graves as consequências da crescente deterioração da qualidade da água.

Quase toda a água que é consumida tem a origem em mananciais subterrâneos que alimentam poços, minas ou fontes.

Embora esta água, para ser usada sem perigos para a saúde, deve ser convenientemente desinfectada todas as pessoas podem colaborar nas medidas que, dentro do possível, evitam a contaminação da água.

Assim devem-se respeitar as seguintes regras:

1.º — As fossas sépticas, latrinas, pocilgas, capoeiras, lixeiras, etc., não devem ser construídas a menos de 30 metros de qualquer origem de água subterrânea.

2.º — Junto dos poços onde se tira a água não deixar covas onde a água possa formar poças.

3.º — Não se deve deitar

fezes na vizinhança das origens de água.

4.º — Tapar as bocas das minas, revestir a frente das fontes e cobrir os poços de modo a diminuir ao máximo os contactos das pessoas e animais com a água.

5.º — Revestir a face interior dos poços com uma argamassa impermeável ou betão.

A altura ideal de revestimento é de três metros, a partir da superfície do solo.

O que se entende por água de confiança?

Salvo indicação expressa em contrário por parte das autoridades sanitárias nacionais e regionais, podem considerar-se como água de confiança todas as águas que são fornecidas NO DOMICÍLIO POR ENTIDADES PÚBLICAS.

Toda e qualquer outra água, desde a que vai colher FORA DO DOMICÍLIO, ainda que sejam um fontanário público, até à que se possui dentro do domicílio mas provém de origem particular ou de depósito existente no próprio edifício, DEVE SER CONSIDERADA SUSPEITA E NÃO DEVE SER USADA SEM SER DESINFECTADA.



■ isolamentos e protecções ■ pavimentos
■ impermeabilizações ■ enxertos e podas
■ coberturas

um produto que dura e faz durar!

DISTRIBUIDORES PARA O ALGARVE
JOSÉ GUERREIRO NETO & FILHO Lda
Rua Padre António Vieira LOULÉ tel. 62283